

ARGUMENTAÇÃO ESCRITA

Eu, Maria Thereza Rocha de Assis Moura, Ministra do Superior Tribunal de Justiça, apresento, para todos os fins de direito, em especial a fim de demonstrar ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da função de Corregedora Nacional de Justiça, argumentação nos seguintes termos:

Logrei o bacharelado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em janeiro de 1980, tornando-me mestre e doutora em Direito Processual pela mesma instituição nos idos de fevereiro de 1993 e agosto de 2000, respectivamente. Adicionalmente, alcancei as especializações em Direito Processual Penal pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e em Direito Penal Econômico e Europeu pela Faculdade de Coimbra – Instituto de Direito Penal Econômico Europeu e IBCCrim, respectivamente em 1981 e 2000.

Ingressei no magistério no ano de 1998, como professora de Direito Processual Penal na Universidade de São Paulo da graduação e, posteriormente, da pós-graduação, com atividades de orientação e participação em bancas de mestrado e doutorado, além de ministrar aulas para cursos de especialização em diversas instituições do Estado de São Paulo e de outros estados, como professora convidada.

Na minha atuação advocatícia, laborei como advogada da Fundação do Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP) de 1983 a 1987, bem como advoguei em companhia do advogado Mario de Passos Simas no período de 1979 a 2002 e, depois, no escritório Zanoide de Moraes Advogados Associados, nas áreas cível e criminal, de 2002 a 2006.

Em agosto de 2006 ingressei na magistratura como Ministra do Superior Tribunal de Justiça, integrando, desde então, a Sexta Turma e a Terceira Seção e, a partir de maio de 2011, a Corte Especial do referido Tribunal.



Ainda no Superior Tribunal de Justiça, fui membro da Comissão de Regimento Interno de novembro de 2009 a junho de 2010; Presidente da Sexta Turma de abril de 2010 e abril de 2012; Presidente da Terceira Seção de agosto de 2011 a julho de 2013; membro da Comissão de Jurisprudência de junho de 2010 a agosto de 2018; Diretora-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (Enfam) de setembro de 2016 a agosto de 2018.

Também atuei perante o Tribunal Superior Eleitoral, ocupando os cargos de Ministra substituta do Tribunal Superior Eleitoral de outubro de 2013 a setembro de 2014; de Ministra auxiliar de propaganda do Tribunal Superior Eleitoral de dezembro de 2013 a dezembro de 2014; de Ministra efetiva do Tribunal Superior Eleitoral de setembro de 2014 a agosto de 2016; e de Corregedora-Geral Eleitoral de outubro de 2015 a agosto de 2016.

Atualmente, atuo como Ministra Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça; membro da Corte Especial; Corregedora-Geral da Justiça Federal; membro do Conselho Superior da Enfam; Professora-Doutora da Universidade de São Paulo; membro do Conselho Consultivo da Rede Mundial de Integridade Judicial da Organização das Nações Unidas (ONU); do Conselho da Revista de Processo; do Instituto Brasileiro de Direito Processual; associada da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos; colaboradora permanente da Revista Brasileira de Ciências Criminais e membro efetivo do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim).

Contribui para a literatura jurídica com a publicação dos livros: *A prova por indícios no processo penal*. São Paulo: Saraiva, 1994, esgotado. Reimpressão: Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009; *Justa causa para a ação penal*. São Paulo: RT, 2001, esgotado; *As reformas no processo penal*, organizadora. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008; *Anistia, Justiça e Impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil* (em coautoria com Kai Ambos. Marcos Alexandre Coelho Zilli e Fabiola Girão). Belo Horizonte: Fórum, 2010; *Doutrinas essenciais: Processo Penal* (organizadora, ao lado de Guilherme de Souza Nucci). São Paulo. Revista dos Tribunais, 2012, 7v.

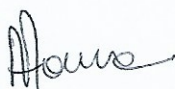


Além disso, participei mediante a elaboração de capítulos, prefácios, apresentações e organizações de outros livros, bem como de diversas palestras e artigos jurídicos publicados no Brasil e no exterior.

Por fim, acrescento que nos meus mais de 40 anos de carreira, 14 anos dos quais dedicados à magistratura, como Ministra do Superior Tribunal de Justiça, sempre atuei com integridade profissional, dignidade, pundonor e honradez, contribuindo para o fortalecimento dos valores democráticos do Brasil e, primando, assim, por servir ao povo brasileiro com retidão.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente argumentação.

Brasília, 08 de maio de 2020.



MARIA THEREZA ROCHA DE ASSIS MOURA

Ministra do Superior Tribunal de Justiça

Indicada para o cargo de Corregedora Nacional de Justiça